

### EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é período quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico [www.ser.ufupr.br/rcc](http://www.ser.ufupr.br/rcc).

O periódico publica apenas contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos sócio-econômicos e empresariais. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

No primeiro trabalho, Vagner Antônio Marques, Marleide Cerqueira de Oliveira, Eduardo Mendes Nascimento e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha identificaram a opinião dos alunos de três cursos de Ciências Contábeis em Belo Horizonte sobre as competências de seus professores que são mais valorizadas. Entre os resultados obtidos evidenciaram que nível de conhecimento, didática e segurança foram os atributos mais valorizados na definição de competência do professor, sendo avaliados como extremamente importantes para uma parcela significativa dos respondentes.

No segundo texto, Roselaine Filipin, Silvio Aparecido Teixeira, Francisco Antônio Bezerra e Paulo Roberto da Cunha analisaram o nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS adotados pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados evidenciaram que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que as elaboradas segundo os GAAP

brasileiros, dessa maneira, o lucro contábil em IFRS incorporam mais significativamente o retorno econômico do que em GAAP brasileiro.

Depois, Luciano Márcio Scherer, Jocelino Donizetti Teodoro, Sônia Raifur Kos e Raquel Prediger Anjos verificaram o tratamento dado aos juros e dividendos pagos e recebidos, à forma de apresentação (método direto ou indireto) e à igualdade ou não do valor de caixa e equivalentes de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e no balanço patrimonial em função das opções de divulgação destes itens elencadas na IAS 7: *Statement of Cash Flows*. Os resultados apontam que o método indireto de apresentação da DFC e a classificação de dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento são adotadas pela ampla maioria destas empresas. Já a igualdade do valor de caixa e equivalentes de caixa na DFC e no balanço patrimonial e a classificação de juros pagos e recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais são procedimentos predominantes, especialmente para as empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt e Milão.

No quarto artigo, Jéssica de Oliveira Rech, Darci Schnorrenberger Ssicarch e Rogério João Lunkes analisaram o comportamento dos ativos intangíveis nos balanços das empresas, antes e após o advento da Lei 11.638/07 e regulamentações posteriores. Os resultados demonstram que: (i) todas as companhias da amostra manifestaram conhecer a Lei 11.638/07 e metade delas, o CPC 04; (ii) os ativos intangíveis resultaram de reclassificações de subgrupos do Ativo e não de contas de resultado; (iii) os intangíveis apresentaram uma evolução no período estudado, com uma média de 7 pontos percentuais em relação ao total do Balanço Patrimonial; (iv) as maiores mudanças ocorreram no período de 2007 a 2008, e 2010 foi o ano em que houve mais registros; e (v) o setor que mais evidenciou ativos intangíveis no período estudado foi o de Tecnologia da Informação, e o que apresentou o maior crescimento foi o de Utilidade Pública.

Na sequência, Alex Eckert, Marlei Salete Mecca, Roberto Biasio e Karmine Mattiuz de Souza identificaram os possíveis impactos das alterações do *deemed cost* e do *impairment* nas demonstrações contábeis das empresas de bens industriais gaúchas listadas na Bovespa. Os resultados obtidos evidenciam que a alteração na forma de avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado reduziu significativamente os custos e despesas com depreciação das empresas, gerando impacto positivo no resultado, exceto quando da adoção do *deemed cost*. Além disso, a aplicação do *impairment* não impactou o resultado das empresas de forma significativa, contudo observou-se que em conjunto, as alterações na forma de mensuração e reconhecimento dos bens do ativo imobilizado em

razão das alterações nas normas contábeis alteraram de forma significativa as informações apresentadas através das demonstrações contábeis.

No sexto artigo, Deisy Cristina Corrêa Igarashi, Reinaldo Rodrigues Camacho, Wagner Igarashi e Silvana Zandoná avaliaram o alinhamento entre os elementos de governança corporativa e as informações evidenciadas em relatórios da administração. O resultado confirmou o pressuposto de as práticas de governança corporativas estarem evidenciadas nos relatórios da administração.

Tatiane de Oliveira Marques, Charles Albino Schultz, Gertrudes Aparecida Dandolini, João Artur de Souza e Sergio Murilo Petri caracterizaram as publicações nacionais e internacionais sobre a aplicação do valor justo nos instrumentos financeiros. As principais inferências permitiram evidenciar a predominância estadunidense nos estudos sobre o tema. Também detectando a existência de uma atenção especial dos autores com a relevância da divulgação de informações sobre instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

No último texto, Patrícia Rodrigues Quesado, Beatriz Aibar Guzmán e Lúcia Lima Rodrigues compararam os modelos Tableau de Bord e o Balanced Scorecard, apresentando as suas principais características, semelhanças e diferenças, no sentido de facilitar a sua implementação nas organizações. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as principais diferenças entre os modelos centram-se, essencialmente, no modelo de desempenho, no desenvolvimento de processos e no sistema de incentivos e recompensas.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

**Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto**

**Editor**